

CRÍTICA LITERÁRIA DIALÉTICA, A UMA HORA DESSAS?

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i41p83-102>

Danielle Corpas

RESUMO

Considerando escritos e declarações de Roberto Schwarz desde *Que horas são?* (1987), o artigo parte de sua concepção de *atualidade* (de obras artísticas e da crítica) para comentar avaliações do autor sobre o potencial de intervenção do programa dialético diante do contexto contemporâneo e de aspectos da literatura brasileira recente que parecem refratários a essa abordagem.

PALAVRAS-CHAVE: Roberto Schwarz; crítica dialética; literatura brasileira contemporânea.

ABSTRACT

Taking into account some writings and observations of Roberto Schwarz since *Que horas são?* (1987), this article starts from his conception of *topicality* (in relation to artistic works and criticism) to examines the author's assessments of the potential of the dialectical program, given the contemporary context and aspects of recent Brazilian literature that appear refractory to this approach.

KEYWORDS: Roberto Schwarz; dialectical criticism; contemporary Brazilian literature

Somente faria justiça à sua tarefa o crítico literário que fosse além dessa tarefa e, por exemplo, registrasse em suas ideias algo do abalo que estremeceu o solo em que se move. Mas só poderia alcançar isso se ao mesmo tempo se submergisse nos objetos postos diante dele com liberdade e responsabilidade plenas, sem nenhuma concessão à aceitação pública e às constelações de poder, e ao mesmo tempo com a mais precisa experiência artístico-técnica e a aspiração ao absoluto que distorcida é inerente inclusive à mais deplorável obra de arte, se ela for tomada tão a sério como se fosse o que afirma ser.

Theodor W. Adorno, “Sobre a crise da crítica literária”.

Crítica e atualidade

Em entrevista publicada originalmente em 1999, Roberto Schwarz conclui a resposta a uma das perguntas — sobre o juízo de Alfredo Bosi a respeito da crítica de Machado de Assis à “experiência corrente de seu próprio tempo” — com uma frase que pode ser tomada como uma das balizas definidoras de sua própria trajetória intelectual: “A base da melhor crítica é a atualidade” (SCHWARZ, 2019a, p. 188). Esse critério vale tanto para a criação artística quanto para o trabalho de interpretação — o que fica explícito em considerações sobre dois outros mestres decisivos para Schwarz: Theodor W. Adorno e Antonio Candido. O primeiro, a seu ver, “busca a atualidade como um atributo decisivo”, esquadrinhando na consistência e na inconsistência das formas estéticas “expressões da sociedade contemporânea no que esta tem de mais problemático e

crucial”, com vistas a evidenciar nas obras o caráter de “historiografia inconsciente de nosso tempo” (SCHWARZ, 2012a, p. 44-46). Quanto a Antonio Candido, é ilustrativo o movimento final de “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, que apresenta ponderações à tese central do ensaio em pauta. O argumento inclui a constatação de que as perspectivas sociais ali presentes “sofrem o comentário impiedoso da atualidade”, a qual cancela o vislumbre de integração brasileira ao concerto das nações sugerido por Candido. Por outro lado, Schwarz reconhece nas formulações do ensaísta a tentativa de intervenção em seu próprio tempo, lembrando que a redação do texto sobre *Memórias de um sargento de milícias* teria ocorrido entre o golpe militar de 1964 e o AI-5: “a reivindicação da dialética da malandragem contra o espírito do capitalismo talvez seja uma resposta à brutal modernização que estava em curso” (SCHWARZ, 1987a, p. 152-154).

Em outra entrevista, quando perguntado por Augusto Massi se o título *Que horas são?* apontava para um esforço de redimensionamento de “processos e conceitos da literatura brasileira” (SCHWARZ, 2019b, p. 48), Schwarz revelou motivações de seu compromisso com a atualidade:

Todo autor que se preza, quando pega a caneta, quer indicar entre outras coisas a hora histórica. Isso vale tanto para o ficcionista, como para o poeta, como para o crítico. *A luta pela identificação e pela definição do que seja o atual está no centro da arte moderna.* Acontece que a hora histórica não é convencional, como a hora do relógio. Nem por isso ela é arbitrária. Mas o fato é que a resposta a essa pergunta, por mais estudada e fundamentada que seja, sempre contém *algo de engajamento, algo de aposta no futuro, sem o que a crítica de arte é anódina.*

Você tem razão quando sugere que a pergunta tem cabimento particular no caso do Brasil, que é também da América Latina. A parte cosmopolita da nossa cultura é grande, mas não é tudo, e a parte derivada do passado colonial, essa então é imensa. Nem uma nem outra, tomadas em separado, dizem a hora em que estamos, mas as duas juntas, e vistas uma através da outra, compõem o nosso problema.

A consequência, do ponto de vista da crítica de arte e, mais geralmente, do ponto de vista das ciências humanas, deveria ser antiuniversalista. A tendência histórica não tem o mesmo significado nem os mesmos resultados em todas as partes do mundo. A reflexão sobre essa obviedade, cheíssima de consequências, se for um pouco especificada, é *uma contribuição que os países periféricos podem dar à compreensão da atualidade*. Uma contribuição avançada. (Idem, p. 48-49, grifos meus)

Filiação a princípios da arte moderna, aposta no futuro, ponto de vista local (dos países da periferia do capitalismo) alimentam o empenho de Schwarz em decifrar a atualidade. Porém, esses três elementos elencados no depoimento de 1987 se veem, em maior ou menor medida, confrontados pelo curso da história nos anos que se seguiram. Em vários trabalhos e declarações desde *Sequências brasileiras* (1999) são perceptíveis modulações em relação ao tom assertivo do trecho transcrito acima (mas modulações que não significam capitulações). Como notou Fabio Mascaro Querido (2019, p. 236-237), um dos textos compilados no livro de 1999 constitui chave fundamental para a compreensão dos “contornos ainda mais negativos” que o pensamento de Schwarz assume a partir daquela década (e que respondem pelas modulações sofridas por aquelas três premissas). Trata-se de “Um livro audacioso de Robert Kurz” (publicado originalmente em 1992), sobre *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (publicado em alemão em 1991; edição brasileira de 2001), que esclarece mutações no mercado global e no padrão de produção de mercadorias, das quais resultam “‘sociedades pós-catástrofe’, onde o desmoronamento dá a tônica”, compostas por um enorme contingente de “não-pessoas socais, ou seja, de sujeitos monetários desprovidos de dinheiro” (SCHWARZ, 1999a, p. 185), em meio ao império absoluto do fetichismo da mercadoria e da falta de horizonte de transformação. É nesse contexto de “caos e decomposição” (Idem, p. 187), que Schwarz atualiza sua disposição filiada aos

princípios da arte moderna, a certo modo específico de engajamento, ao ponto de vista da periferia do capitalismo.¹

Começando pelo último tópico: ainda em *Sequências brasileiras*, a contribuição que a crítica da experiência histórica dos países periféricos pode dar à compreensão de nossa atualidade catastrófica é sublinhada nas perspectivas de reflexão em torno da ideia de formação nacional sumariadas nas últimas páginas de “Os sete fôlegos de um livro” — com destaque para as linhas finais, em que são mencionadas a inorganicidade da sociedade brasileira e a hipótese de superação dessa condição: “Agora, ela [a inorganicidade] e o naufrágio da hipótese superadora aparecem como o destino da maior parte da humanidade contemporânea, não sendo, nesse sentido, uma experiência secundária” (SCHWARZ, 1999b, p. 58).² Em termos mais coloquiais, e levando em consideração o rebaixamento da dimensão nacional nos debates contemporâneos, a validade abrangente da perspectiva local foi comentada há poucos anos em entrevista concedida à revista *Margem Esquerda*:

Quando o marxismo diz que a instância nacional hoje não é mais capaz de realização plena, isso tem valor crítico por oposição ao desenvolvimentismo ingênuo ou aos sonhos de socialismo em um só país, ou coisa que o valha. Mas se isso leva a dizer que a formação social não existe, dá no contrário e passa a ser uma posição obscurantista, porque a formação social está aí, firme. Ela segue sendo o nosso problema, só que em chave negativa, pedindo *superação*. Embora não se resolvam no âmbito nacional, as questões existem e são nossas, clamando por *solução*. Quer dizer, a

¹ Thiago Ferro (2023, p. 86) também assinala que “na década de 1990 Schwarz altera os parâmetros da crítica e de entendimento do tempo histórico contemporâneo para o país, ou seja, o lugar da nação nas disputas internacionais no interior do sistema capitalista”.

² Em ocasião mais recente — um depoimento a respeito de sua participação nos Seminários Marx (que reuniram professores e estudantes da USP entre 1958 e 1964) — Schwarz reafirmou esse interesse global da experiência brasileira como percepção constitutiva de sua formação: “A distância entre teoria do capitalismo e as relações sociais peculiares de uma ex-colônia passava a ser encarada como parte significativa — política e culturalmente — da gravitação do presente mundial. [...] As marcas clássicas do atraso brasileiro não devem ser consideradas como traços de um quintal do mundo, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna no seu conjunto, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso. A tese tem potencial de desprovincianização notável, pois permite inscrever na atualidade internacional, de forma polêmica, muito daquilo que parecia nos afastar dela e nos confinar na irrelevância.” (SCHWARZ, 2017, p. 25).

matéria nacional, a herança do que o Brasil veio a ser nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, é nossa *tarefa* histórica (SCHWARZ, 2023a, p. 40, grifos meus).

As palavras grifadas sugerem que permanece em vigor o segundo daqueles três fatores que mantêm a perspectiva de Schwarz atenta à identificação e definição do que seja o atual. Se ficou mais difícil apostar no futuro, aí então é que o presente fechamento do horizonte de transformação não pode ser entendido como impedimento a — ao contrário, precisa ser tomado como exigência de — um “engajamento independente, tão crítico quanto possível”, como ele diz na mesma entrevista à *Margem Esquerda*: “Você note, ninguém mais fala em contradições; é como se elas não existissem mais. Se a participação e o empenho excluíssem a reflexão crítica, acho que pelo menos uma parte dos intelectuais precisa tomar o partido da reflexão radical” (Idem, p. 29). Ou, nos termos empregados em “Nunca fomos tão engajados” (*Sequências brasileiras*): “Rara mesmo, em nossos dias, é a torre de marfim. Acredito aliás que a crítica independente, sem patrocinador nem interesse direto à vista, é o que mais nos está fazendo falta.” (SCHWARZ, 1999c, p. 176). O que se depreende de passagens como essas é que apostar no futuro significa investir no rigor do pensamento crítico como via prioritária de intervenção política, com atenção aguçada para os problemas estruturais do presente e para seus fundamentos históricos, mais do que para pontos de pauta que ganham destaque em discursos militantes — e que podem estar encharcados de reverberações ideológicas sob aparência progressista.³

Tal rigor é indissociável do último dos três elementos que especificam o modo de aproximação de Roberto Schwarz aos problemas da atualidade — ou seja, sua perspectiva crítica derivada das ambições da arte moderna. Uma modulação importante nesse viés é perceptível na virada para os anos 2000 e se evidencia, por exemplo, no contraste entre dois textos do autor sobre Bertolt Brecht.

³ Sobre o alinhamento adorniano dessa postura de Schwarz, ver QUERIDO, 2019, p. 242-243. Note-se, porém, que a defesa da “torre de marfim” não implica afastamento do debate público sobre eventos da política nacional. Uma prova disso são os posicionamentos que valorizam a atuação recente de Lula, registrados na entrevista publicada em *Margem Esquerda*, conduzida pelo mesmo Fabio Mascaro Querido (ver SCHWARZ, 2023a, p. 31-32).

No comentário introdutório à tradução das primeiras cenas de *A Santa Joana dos matadouros* incluída em *Que horas são?*, a breve apreciação da peça escrita entre 1929 e 1931 é absolutamente positiva. A sucessão dos atributos que qualificam o trabalho do Brecht maduro fala por si só: fenomenal, audacioso, complexo, diferente, impressionante; efeito preciso, maestria, clareza estudada (cf. SCHWARZ, 1987b, p. 88-90). O tradutor-crítico mostra-se confiante a ponto de explicitar a função formativa que motivou a preparação da versão parcial do texto para o português: “quisemos divulgar timbres e modos de composição quase inexplorados na literatura brasileira” (Idem, p. 88). Àquela altura (o material foi publicado originalmente na revista *Novos Estudos Cebrap* em 1982), Schwarz localizava o interesse de Brecht para o leitor brasileiro no entrecruzamento de três fatores: 1) o contexto da redemocratização do país, quando “o ponto de vista dos trabalhadores volta a integrar — e perturbar, pela natureza das coisas — o nosso espectro político legal” (Idem); 2) o teor não populista daquele projeto estético, executado de tal modo que põe em cena aquele ponto de vista de classe sem despi-lo de contradições, inautenticidades e interesses frustrantes para o intelectual de esquerda, ao mesmo tempo em que expõe torções da cultura burguesa; 3) a precisão na combinação de didatismo, brutalismo, traço caricato, esquematismo, artificialismo e heterogeneidade na linguagem etc.; um compósito que “transpõe situações da luta de classes” de tal maneira que consegue “orquestrar a cena ideológica em sua amplitude e cacofonia *reais*” (Idem, p. 89-90). Em suma: as linhas de força ressaltadas apontam para a alta voltagem crítica da fatura estética de Brecht, que segundo Schwarz permanece potente em relação a questões (brasileiras, inclusive) do início da década de 1980.

Dezessete anos depois, *A Santa Joana dos matadouros* é mote para um ensaio de fôlego, “Altos e baixos da atualidade de Brecht”, redigido com base em um texto debatido após leitura da peça feita pela Companhia do Latão. É totalmente distinto o juízo sobre os efeitos de procedimentos compositivos brechtianos, que já não são valorizados pelos mesmos motivos. Exemplo disso é a representação dos trabalhadores militantes, que na primeira abordagem é vista como vantagem e na segunda passa a problema, aspecto comprometido por *déficit* de atualidade, desmentido pela experiência histórica (cf. SCHWARZ, 1999d, p. 134-136). Avisando de saída que assumirá o papel de advogado do diabo, Schwarz elenca esse tipo de

limite que o passar do tempo revelou na estética brechtiana para demonstrar que, até certo ponto, o artista que tanto admira “não tem atualidade nenhuma”, porque um “conjunto de convicções políticas, teses estéticas e procedimentos literários que formam a textura da arte de Brecht foi duramente afetado pela história recente” (Idem, p. 113, 115). A explanação que põe em xeque a atualidade do dramaturgo é muito matizada, passa por esclarecimentos sobre o entorno político em que Brecht se movia e por um cuidadoso apanhado de sua recepção no teatro brasileiro, terminando com uma sofisticada leitura da peça. Para os fins deste artigo, podemos ficar apenas com uma pequena parte da argumentação, suficiente como exemplo de uma revisão de juízo crítico calcada na atualidade.

Do ângulo do final dos anos 1990, o calcanhar de Aquiles identificado no projeto estético-político de Bertolt Brecht é a pretensão didática, a função conscientizadora em relação à luta de classes atribuída ao antiilusionismo promovido pela técnica do distanciamento na encenação, equivalente à noção marxista de “desnaturalização”. Se esta é tomada como condição para que o contexto presente seja concebido como conjuntura transformável, na avaliação de Schwarz, com os resultados objetivos da hegemonia capitalista ao longo do século XX, mostra-se ingênua a convicção (“credulidade”) de que a consciência de que a injustiça não é natural seja um passo decisivo rumo à transformação social (cf. Idem, p. 114-116). Isso porque, na virada para o século XXI, “o ponto de vista da mercadoria adquiriu uma primazia inédita” (Idem, p. 130) — afirmação que reitera uma passagem do artigo sobre Robert Kurz: “o Marx da crítica ao fetichismo será mais atual que o da luta de classes” (Idem, 1999a, p. 187). A lógica da mercadoria cooptou para seus fins inclusive o distanciamento estético brechtiano, que “troca de sinal sobre o novo fundo do consumismo generalizado” (Idem, 1999d, p. 130), é “desvitalizado pelas circunstâncias” (Idem, p. 131), já que o antiilusionismo foi assimilado, rotinizado, naturalizado, sobretudo nos meios audiovisuais, como técnica publicitária para alavancar produtos, ideias, hábitos, sentimentos, percepções etc. Assim, se a hipótese superadora embutida no procedimento da desfamiliarização não se confirmou, cabe agora entender a atitude brechtiana menos como proposta de transformação viável do que como parte dos problemas atuais.

Por outro lado, Schwarz aposta que, naqueles anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foram convertidas em segunda natureza as propostas da ideologia neoliberal global, “a veracidade e o bem-achado do programa desnaturalizador têm tudo para ressurgir em novo patamar” (Idem, p. 132). E, na segunda parte do ensaio, dedicada à análise de *A Santa Joana dos matadouros*, o balanço da configuração da peça distingue aspectos que permanecem atuais de outros que se tornaram difíceis de aceitar em face dos rumos da história. Um dos pontos mais altos da atualidade de Brecht, sobre o qual recai a ênfase das últimas páginas do ensaio, é a complexa operação de montagem, pastiche e sátira que confere sentido agudo à incorporação da tradição literária alemã em *Santa Joana* — “um redimensionamento social das formas” que faz os clássicos contracenarem com a crise econômica, num jogo de dissonâncias que inscreve o tempo da ação no terrificante horizonte histórico da “transformação das astúcias do capital”, que continua em curso atualmente (Idem, p. 143, 146).

Como se vê, a especificação da atualidade de um projeto estético ou de uma obra não é tarefa simples, demanda faro fino para problemas de fundo, do passado e do presente, assim como para a lógica da composição artística e seu potencial de significação a cada momento. Ao contrário do que boa parte da crítica tende a defender hoje, para Schwarz a mera tematização de assuntos contemporâneos, de tópicos de interesse público postos na ordem do dia, por mais que sejam tratados em chave progressista, nem de longe consiste por si só garantia de valor atual.

Literatura brasileira contemporânea e atualidade

Obviamente o critério de atualidade é flagrante nas poucas ocasiões em que Roberto Schwarz tem se manifestado a respeito de obras brasileiras contemporâneas. E o crítico que considera que o curso da história corresponde a um “comentário impiedoso” ao momento positivo da dialética da malandragem de Antonio Candido, assim como desmente as expectativas depositadas na técnica brechtiana do distanciamento, é ainda mais desiludido em suas avaliações de nossa produção literária das últimas décadas pelo metro da atualidade.

Já em 1979, numa comunicação apresentada em evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, lamenta a “modéstia de nossos

resultados literários”, o “apequenamento da intenção literária” que resulta em “uma produção ideologicamente conformista, intelectualmente tímida, ou simplesmente voltada para as necessidades dos veículos de massa” (SCHWARZ, 1987c, p. 159). Mais especificamente, o diagnóstico é o seguinte:

A literatura brasileira se refugia na fidelidade regionalista, na experimentação de linguagem, na memória do passado, e mesmo na violência urbana contemporânea, que, ao menos em parte, são maneiras de escapar da tarefa eminente do homem de letras, que é de estar literariamente à altura da complexidade do momento atual. Na mesma direção, note-se que o ingrediente menos prezado em nossa literatura é a inteligência. Elogiam-se autores porque escrevem bem, porque têm memória de anedotas curiosas, porque têm familiaridade com aspectos remotos da vida nacional, porque experimentam com a linguagem, mas não porque tenham compreendido em profundidade o presente. (Idem, p. 160-161)

Passadas mais de quatro décadas, seriam hoje outros os termos empregados para designar inclinações que desviam a produção literária da complexidade do momento atual. Mas é de se supor que, em linhas gerais, o juízo de 1979 ficaria mantido, a julgar por declarações de Schwarz que reiteram seu desconforto com um panorama que considera amesquinhado. Ele é bem enfático no tom deceptivo em relação à cultura contemporânea numa entrevista de 1994: “os recursos da grande arte deste século [XX] agora mordem menos e estão rotinizados. É preciso dar um passo. Como está não pode ficar. Eu sinto uma insatisfação brutal com a cultura contemporânea” (SCHWARZ, 2019c, p. 112). Páginas antes já havia lamentado a modéstia das aspirações e dos resultados na cena literária brasileira do momento, comparando-a com “a liberdade de espírito e a obra significativa” de escritores como João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Oswald e Mário de Andrade: “O que terá acontecido para que hoje não haja ambições equivalentes? O avanço da mercantilização na área da cultura pode explicar alguma coisa. Também a mudança na relação dos intelectuais com o Brasil pobre deve estar pesando” (Idem, p. 109-110). São duas hipóteses pertinentes,

retornaremos indiretamente a elas. Por enquanto, o que importa assinalar é o fato de que o crítico interessado em pontos altos de nossa história literária desde Machado de Assis — à época dessa entrevista, seu plano de trabalho incluía Mário de Andrade, João Cabral e possivelmente Drummond (cf. Idem, p. 116) — mantém atenção extremamente seletiva à literatura produzida no Brasil do período da redemocratização para cá. Em *Que horas são?*, há o ensaio polemista sobre um poema de Augusto de Campos (“Pós-tudo”, 1985) e uma resenha de *O nome do bispo* (1985), romance de Zulmira Ribeiro Tavares; em *Sequências brasileiras*, afora uma orelha para as *Poesias reunidas* de Francisco Alvim (1988) e um comentário sobre ensaio inacabado de Cacaso (morto em 1987), apenas mais dois artigos sobre romances — *Estorvo* (Chico Buarque, 1991) e *Cidade de Deus* (Paulo Lins, 1997); em *Martinha versus Lucrecia*, o ensaio sobre *Verdade tropical* (Caetano Veloso, 1997) e, de novo, títulos de Francisco Alvim e de Chico Buarque — respectivamente: *O elefante* (2000) e *Leite derramado* (2009). De resto, só uma ou outra manifestação curta, como a que se lê na quarta capa do romance *Pandora* (Ana Paula Pacheco, 2023).

É verdade que Roberto Schwarz, desde *A sereia e o desconfiado* (1965), sempre foi exigente na escolha dos objetos para reflexão, em geral selecionados em altos patamares da arte moderna, abrindo pouco espaço para autores brasileiros contemporâneos⁴ e com foco na “forma consistente”⁵ (SCHWARZ, 2024, p. 56). Além disso, há um outro dado, relacionado à *atualidade*, que explica sua escassa dedicação à produção literária brasileira das últimas décadas. Algo que se encontra indicado no trecho abaixo, extraído de uma entrevista de 2004, quando Schwarz

⁴ Thiago Ferro, deixando de lado *A sereia e o desconfiado* (no qual, a seu ver, a sondagem dos problemas nacionais não comparece como linha de força), afirma que só a partir de *Sequências brasileiras* a literatura brasileira contemporânea consta como “força autônoma para o desvelamento do ritmo próprio da sociedade brasileira inserida na dinâmica da contemporaneidade capitalista”, concluindo que “até o livro de 1999, a literatura brasileira contemporânea não se apresenta a Schwarz como caminho forte para os debates decisivos do país no mundo” (FERRO, 2023, p. 92). De qualquer modo, permanece bem seletivo nos trabalhos de Schwarz o interesse por obras publicadas recentemente no Brasil.

⁵ É significativo que, na republicação do artigo “Um romance de Chico Buarque” (sobre *Estorvo*) em dossiê desta *Literatura e Sociedade* (jul.-dez. 2024), haja uma pequena alteração na segunda frase do texto em relação à versão incluída em *Sequências brasileiras*. Onde se lia “[...] o leitor sabe que está diante da lógica de uma forma”, consta agora “[...] o leitor sabe que está diante de uma forma consistente”. A preferência pela qualificação da fatura estética confirma o alto nível de exigência do crítico na seleção de seus objetos.

coloca em xeque as próprias condições de possibilidade do exercício crítico que pratica:

A crítica dialética supõe obras que sejam mais ou menos fechadas e altamente estruturadas. Na literatura brasileira não há muitas que convidem a uma análise desse tipo. [...] esse tipo de crítica supõe obras e sociedade muito estruturadas, com dinamismo próprio. Trata-se de enxergar uma na outra as lógicas da obra e da sociedade, e de refletir a respeito. Acontece que vivemos um momento em que essa ideia de sociedade, como algo circunscrito, com destino próprio, está posta em questão, para não dizer que está em decomposição. Já ninguém pensa que os países da periferia têm uma dialética interna forte — talvez alguns países do centro tenham, talvez nem eles. E no campo das obras, com a entrada maciça do mercado e da mídia na cultura, é voz corrente que a ideia de arte mudou, e é possível que o padrão de exigência do período anterior tenha sido abandonado. Talvez os pressupostos da crítica dialética estejam desaparecendo... (SCHWARZ, 2012b, p. 290, 292)

Esse tipo de avaliação a respeito da (in)atualidade da literatura brasileira contemporânea e das possibilidades da crítica dialética no contexto presente anuncia um impasse, que pode ser ilustrado com o contraste entre o trecho que acaba de ser transcrito e um outro, também retirado de entrevista (de 2009). Referindo-se a refutações à perspectiva de Antonio Candido impulsionadas pela “maré pós-moderna”, Schwarz reafirma assim sua pertinência:

A expansão avassaladora do capital, que deixou de ter limite externo, tornando-se global, mudou a paisagem. Entretanto será verdade que a qualidade estética, a consistência interna, o *close reading*, a substância social da forma, as problemáticas nacionais das ex-colônias e a própria ideia de crítica perderam a razão de ser? Embora o horizonte polêmico seja outro, só um cego não nota

que estas exigências permanecem vivas, sob pena de regressão intelectual. (SCHWARZ, 2019d, p. 269)

Tendo em vista a literatura brasileira contemporânea, como cumprir essas exigências, como realizar as tarefas da crítica dialética em relação à atualidade? Os diagnósticos de Schwarz apontam para um duplo entrave. De um lado, a ideia de organicidade social parece uma quimera no novo tempo do mundo; de outro, o caráter geral dessa produção artística — pouco ambicioso em relação à sondagem profunda do presente e à figuração criativa deste, marcado pela mercantilização exacerbada da cultura e pela rotinização dos procedimentos compositivos — mostra-se refratário a uma abordagem que pressupõe a singularidade da fatura estética. Isso significa que estamos diante de limites da própria crítica literária dialética, cujos fundamentos já não dariam conta do atual momento do capitalismo, da desagregação social avançada em esfera global, do modo de ser da literatura hoje?

Estas não são perguntas retóricas, de fato nos interpelam. Inclusive porque o horizonte polêmico que ocupa agora boa parte da crítica universitária brasileira reserva pouco espaço para questões dessa ordem. Tendências que se firmaram nos Estudos Literários desde o *boom* das teorias pós-modernas e dos Estudos Culturais mais celebram do que problematizam os rumos da literatura, endossando inclinações generalizadas na produção média como expressão satisfatória do presente. Daí que termos rapidamente incorporados ao léxico acadêmico, como, por exemplo (no caso do Brasil nos últimos anos), autoficção, escrita de si, pós-autonomia, pós-humano, lugar de fala etc. costumem ser encarados como categorias estáveis, muito embora sua utilização seja perpassada por ambiguidades constitutivas e bastante questionáveis, pois anunciam intenção de designar características de determinada obra ou conjunto de obras no mesmo movimento em que afirmam valor para aquilo que estariam a designar, elevando-se arbitrariamente à condição de critério. Além disso, na órbita da Teoria contemporânea, a primazia do objeto (princípio basilar do trabalho de Schwarz, assim como de Candido e Adorno) é descartada em prol de exercícios discursivos menos interpretativos do que especulativo-conceituais, que vêm constituindo um gênero de escrita semiautônoma em relação à obra literária — nada mais distante

da tradição dialética, que forja a partir do objeto literário os conceitos com os quais reflete (cf. DURÃO, 2024, p. 25, 28-29). De outro ponto de vista, a crítica de viés dialético se vê deslocada no fórum dos debates pela segmentação conteudista na abordagem da literatura, estabelecida a partir de pautas relacionadas, por exemplo, a gênero, raça ou ecologia.⁶ Por essas e outras, o contexto universitário brasileiro de hoje, pouco receptivo à perspectiva dialética (mas quando foi muito?), é mais um elemento entre os desafios à continuidade entre nós da tradição crítica da qual Schwarz é um expoente — e dos maiores, segundo várias passagens da recém-publicada coletânea *Roberto Schwarz and World Literature* e segundo leitores como Fredric Jameson, Franco Moretti e Perry Anderson (cf. WALLER, 2024, p. 1-2).

Por diversos ângulos, o quadro sugere não ser exagerada aquela hipótese de Schwarz reproduzida acima, segundo a qual as condições são extremamente adversas para um pensamento como o seu — “Talvez os pressupostos da crítica dialética estejam desaparecendo...” (SCHWARZ, 2012b, p. 292). O que não implica que o acúmulo obtido por essa tradição crítica tenha se tornado inócuo para a discussão da literatura brasileira de nosso tempo. Cabe indagar como operar com tal acúmulo. De saída, sabemos que, pela própria constituição dialética desse tipo de pensamento, seus achados interpretativos e conceituais não configuram um sistema teórico ou método imediatamente “aplicável” a outros objetos. “Ou seja, no momento em que se tenta fazer uma leitura ‘schwarziana’, já se deixou, até certo ponto, Schwarz para trás”⁷, lembra Thomas Waller (2024, p. 4) na apresentação da coletânea mencionada há pouco.

Rascunho de uma hipótese

O próprio Roberto Schwarz ofereceu uma sugestão de rumo para a crítica dialética em seu discurso na cerimônia de outorga do título de Professor Emérito da Unicamp, em 2022. Lembrando ter sido um impulso decisivo no trabalho de

⁶ Veja-se, por exemplo, o filtro temático do portal Praça Clóvis — Mapeamento crítico da literatura brasileira contemporânea (<https://pracaclovis.com>), que inclui as seguintes categorias: Mulheres, Questões LGBTQ+, Questões Ambientais, Questões Raciais, Violência, Ditadura e Migração. A página sobre metodologia não esclarece os critérios para a eleição desses temas. O portal foi lançado este ano pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Unb e ainda se encontra em construção.

⁷ “Wich is to say, the moment one tries to carry out a ‘Schwarzian’ reading, one has already, to a certain extent, left Schwarz behind”.

Antonio Candido a síntese superadora das oposições entre o formalismo estrito do *New Criticism* e a fixação referencial e antiestética da crítica positivista de viés histórico e do marxismo vulgar, estabeleceu equivalência entre o contexto teórico com o qual Candido se confrontou e o nosso:

Com efeito, os *cultural studies* dos anos 1980, em sua versão norte-americana, concentraram-se nas questões de raça, gênero e classe, tomadas como categorias gerais. Voltava-se à utilização documentária da ficção, ou seja, a um tipo de conteudismo crasso, indiferente à especificação estética. Ao passo que a perspectiva pós-moderna, cancelando o dinamismo da história e a dimensão da realidade exterior à linguagem, restabelece o jogo vazio e a-histórico das abstrações universalistas, indiferentes às formações históricas singulares, à maneira dos *New Critics*. Ao que parece, a crítica dialética pode ter sido um breve interregno. A não ser que as novas gerações, solicitadas pelos impasses de nosso tempo e pela necessidade de superá-los, a recuperem para a vida — para um capítulo inédito, na boa fórmula de um comentador recente, da história “depois do fim da história” (STREECK, 2022, [s.p.]). (SCHWARZ, 2023b, p. 627-628)⁸

Se levarmos adiante a exortação provocativa de Roberto Schwarz, com sua analogia entre nosso tempo e o de Candido, e tomando como inspiração o gesto integrador deste, pode-se especular que, para superar polarizações infrutíferas, convém atentar para o *modus operandi* dos polos que desconsideram a dialética. Levando isso em conta, e para concluir de modo minimamente propositivo, é viável cogitar uma possibilidade a ser testada: uma estratégia de leitura que não chega a ser inédita, mas que difere da maior parte das abordagens da literatura brasileira recente inspiradas na tradição crítica integrada por Antonio Candido e Roberto

⁸ O artigo citado por Schwarz: STREECK, Wolfgang. Return of the King. *Sidecar*, *New Left Review's Blog*, 4 maio 2022. Disponível em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/return-of-the-king>. O vídeo da cerimônia de emergência encontra-se disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dXlfqPDh6S8&ab_channel=ImprensaUnicamp. Acesso em: 20 de abril de 2025.

Schwarz. A sugestão que será esboçada a seguir procura fazer frente sobretudo ao conteudismo que encara uma parcela considerável da produção contemporânea eminentemente como testemunho, documento, denúncia, reparação ou vislumbre de superação de problemas relacionados a desigualdades de diversas ordens, valorizando quase que imediatamente títulos nos quais reconhece esse tipo de teor, sem apreciação acurada de especificidades formais.

Desde o final dos anos 1990 — podemos tomar como um marco a publicação de *Cidade de Deus* (Paulo Lins, 1997) — tem reverberado crescentemente em nossa cena literária uma notável diversidade de vozes sociais. Por vários motivos, houve uma reconfiguração parcial do campo da cultura que ampliou a representatividade ou visibilidade de grupos oprimidos em função de marcas de gênero, raça e/ou condição de classe. Livros que tematizam experiências coletivas e subjetivas dessa ordem vêm ganhando destaque no mercado editorial, em prêmios e feiras literárias, assim como na universidade. São escritas reconhecidas como legítimas porta-vozes das periferias, de minorias, de grupos sociais que, salvo raras exceções, antes só constavam na literatura como objeto de representação, quando constavam. Tal heterogeneidade é celebrada como uma conquista política; a emergência de pontos de vista provindos de territórios, corpos, epistemologias marginalizados ou divergentes vem alimentando a afirmação da diferença como motor do debate crítico. Acontece que todas essas diversas perspectivas se veem relativamente unificadas por recursos expressivos que resultam em textos razoavelmente similares entre si. No romance, por exemplo, nota-se que, na média das publicações das últimas décadas, por mais graves e complexos que sejam os problemas sociais postos em cena, a constituição da narrativa instiga uma dinâmica de recepção na qual tende a ser abolido qualquer tensionamento que ultrapasse a comoção. Estilo, ideias, caráter de personagens, atitude do narrador — tudo ou quase tudo se encontra ajustado a um paradigma mais ou menos previsível. Ainda que a matéria seja dura, ainda que os problemas de fundo sejam cabulosos, a narrativa se mostra em grande medida afável, palatável, abre-se sem maiores resistências à compreensão, proporcionando uma reconfortante sensação de domínio do universo figurado na ficção. A recorrência de procedimentos de composição que produzem no leitor o efeito de familiaridade diante de não importa qual matéria e a conciliação entre o diferente e o mesmo são contradições

que perpassam as relações entre estética e política numa produção ficcional com forte inclinação ao engajamento ostensivo.

Parece haver hoje um consenso tácito (envolvendo escritores e críticos) segundo o qual determinados recursos de expressão teriam a capacidade imediata de revestir de sentido político combativo a reverberação da experiência social no texto literário. Três exemplos de constantes que se revestem dessa função estratégica no caso da prosa de ficção: 1) narradores que se mostram confiáveis, seja pela legitimidade do testemunho do autor implícito, seja pela proximidade em relação às personagens (muitas vezes manifesta no discurso indireto livre sem efeito de distanciamento crítico⁹), seja por conta das duas coisas juntas; 2) o investimento na descrição que faz sobressair singularidades do território onde se passa a ação, às vezes com traços documentais e/ou tonalidade pitoresca; 3) a clareza por vezes pedagógica em passagens da narração que soam como momentos programaticamente destinados a esclarecer a matéria social em pauta, de um modo que parece relativamente fácil compreender as complicações históricas. É claro que cada uma dessas constantes, e outras afins, não é em si positiva ou negativa. São componentes que podem assumir significados distintos, desempenhar papéis e produzir efeitos variados, a depender do modo como se articulam com outros fatores na armação da obra. O problema é que, com frequência, esses e outros elementos são manejados conforme uma gramática literária que engendra o que podemos chamar de *homogeneização formal da heterogeneidade de perspectivas sociais*. Em outras palavras, um paradigma relativamente estável, diante do qual o leitor se sente confortável — em alguma medida até apaziguado — porque a configuração da narrativa confere à matéria social complexa e problemática sentidos um tanto consensuais, previsíveis, que são apreendidos e confirmados com razoável facilidade. Inclusive porque, em muitos casos, são formulações que já se encontram previamente disponíveis, enunciadas fora da literatura (nos discursos dos movimentos sociais ou em teorias em voga na universidade).

Pode-se pensar essa harmonização das vozes no conjunto da produção ficcional como produto de fatores de contexto, como os direcionamentos do mercado editorial, as tendências que se verificam nas premiações, o monitoramento das reações do público leitor via redes sociais, a proliferação de

⁹ Devo a Fabio Durão a observação entre parênteses.

curiosos e oficinas de escrita criativa, a interlocução entre escritores e universidade. São dados objetivos relacionados ao estabelecimento de padrões, que sem dúvida não se deve perder de vista. Mas para a crítica literária o que mais interessa é mesmo o enfoque em resultados concretos da homogeneização da heterogeneidade, aquilo que ela produz na materialidade do texto. Para além da representação de aspectos sociais mais evidentes, a sondagem da dinâmica da homogeneização pode desvendar outros sentidos da experiência social inscritos na lógica de composição que ela instaura, alcançando até camadas contraditórias em relação ao discurso figurado na superfície da enunciação ficcional.

Em suma: as circunstâncias são pouco convidativas à leitura cerrada de obras singulares nos moldes do ensaísmo de um Antonio Candido ou de um Roberto Schwarz, uma vez que a singularidade não constitui atributo distintivo da produção literária homogeneizada. Em geral, nos vemos diante de obras que demandam leitura pautada pela reflexão a respeito menos de especificidades singularizadoras do que de tônicas compartilhadas. Por isso, uma alternativa para a consideração da forma em chave dialética parece ser a visão de conjunto atenta à relação entre processos sociais em curso e a lógica da gramática literária que conforma uma parcela significativa da literatura recente, numa espécie de *close reading* de grupamentos, de séries compostas por obras afins entre si. Um modo de leitura que tem que abrir mão, ao menos parcialmente, do apreço pela consistência formal ou pela excepcionalidade artística. Evidentemente, as complicações que nos desafiam não se reduzem a questões de método, mas expedientes dessa ordem podem representar um pequeno passo adiante no sentido de ajustar os ponteiros da crítica ao novo tempo do mundo.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. "Sobre la crisis de la crítica literaria". In: *Notas sobre literatura*. Trad. Alfredo Brotons Muñoz. Obra completa, 11. Madri: Akal, 2003, p. 641-645.

DURÃO, Fabio Akcelrud. "Três ideias e uma aposta sobre a Teoria no Brasil". *Revista de Estudos Literários*. Coimbra, n. 14, p. 23-44, 2024.

FERRO, Thiago. *Um outro percurso do nosso tempo – Roberto Schwarz*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023. 147f. Disponível online em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07062024-162224/pt-br.php>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

QUERIDO, Fabio Mascaro. “Nacional por *negação*: ensaio e ‘crítica independente’ no último Roberto Schwarz”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 74, p. 233-249, dez. 2019.

SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a, p. 129-155.

SCHWARZ, Roberto. “A Santa Joana dos Matadouros”. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b, p. 87-105.

SCHWARZ, Roberto. “Crise e Literatura”. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987c, p. 157-163.

SCHWARZ, Roberto. “O livro audacioso de Robert Kurz”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a, p. 182-188.

SCHWARZ, Roberto. “Os sete fôlegos de um livro”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b, p. 46-58.

SCHWARZ, Roberto. “Nunca fomos tão engajados”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999c, p. 172-177.

SCHWARZ, Roberto. “Altos e baixos da atualidade de Brecht”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999d, p. 113-148.

SCHWARZ, Roberto. “Sobre Adorno”. In: *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 44-51. [Entrevista à *Revista Cult*, 2003].

SCHWARZ, Roberto. “Na periferia do capitalismo”. In: *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 280-304. [Entrevista a Mariluce Moura e Luiz Henrique Lopes dos Santos, 2004].

SCHWARZ, Roberto. “Sobre a leitura de Marx no Brasil”. In: SCHWARZ, Roberto et al. *Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 17-26.

SCHWARZ, Roberto. “*Sequências brasileiras*”. In: *Seja como for: entrevistas, retratos*

e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019a, p. 181-189. [Entrevista a Fernando de Barros e Silva, 1999].

SCHWARZ, Roberto. “Que horas são?”. In: *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019b, p. 48-58. [Entrevista a Augusto Massi, 1987].

SCHWARZ, Roberto. “Do lado da viravolta”. In: *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019c, p. 103-116. [Entrevista a Fernando Haddad e Maria Rita Kehl, 1994].

SCHWARZ, Roberto. “Sobre Antonio Candido”. In: *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019d, p. 103-116. [Entrevista a Maria Augusta Fonseca, 2009].

SCHWARZ, Roberto. Entrevista a Fabio Mascaro Querido. *Margem Esquerda*. São Paulo: Boitempo, n. 40, p. 11-33, 1º sem. 2023a.

SCHWARZ, Roberto. “Emérito”. *Remate de males*. Campinas, v. 43, n. 2, p. 623-628, jul./dez. 2023b.

SCHWARZ, Roberto. “Um romance de Chico Buarque”. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 40, p. 55-60, jul.-dez.2024.

WALLER, Thomas. “Roberto Schwarz and world literature: an introduction”. In: WALLER, Thomas (Org.). *Roberto Schwarz and world literature: critical essays*. Cham, Suíça: Pallgrave Macmillan, 2024.

Danielle Corpas é Professora Associada de Teoria Literária na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora de *Os jagunços somos nós: visões do Brasil na crítica de Grande Sertão: veredas* (tese, Mercado de Livros, 2015) e *Armas e Letras e outros ensaios sobre Guimarães Rosa* (ensaios, Desalinho, 2019).

daniellecorpas@letras.ufrj.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7890-6828>